

Ulysses troca diretas por mandato, já

Ricardo Noblat

No início da noite de ontem, depois da reabertura da sessão da Constituinte, a votação sobre a extensão do mandato do presidente José Sarney deixara de ser um conflito entre os partidários dos quatro ou dos cinco anos. Transformara-se em uma batalha aberta, sujeita a recuos e avanços de parte a parte, entre os que desejavam que a votação ocorresse de imediato e os que preferiam protelá-la a perder de vista. "Temos 327 votos seguros no plenário pelos cinco anos", comemorou, às 16h, Henrique Hargrives, o eficiente assessor do Gabinete Civil da Presidência da República.

"Não me surpreenderei se o mandato de cinco anos obtiver mais de 340 votos", admitiu, no final da tarde, o deputado Saulo Queiroz, secretário-geral do PFL, adepto dos quatro anos e às vésperas de se mudar para o novo partido a ser liderado pelo senador Mário Covas. O governo catou votos dos cinco anos em toda parte, até em hospitais. Foi num deles, o Santa Lúcia, na Asa Sul de Brasília, que capturou o deputado Pedro Ceolim (PFL-ES), internado por causa de uma úlcera desde a última quinta-feira. Ceolim entrou no plenário muito pálido em uma cadeira de rodas.

As 18h, passando mal com uma repentina queda de pressão, foi removido para o Serviço Médico da Câmara Federal, onde estavam recolhidos mais dois eleitores dos cinco anos, enfermos como ele. O esforço dos que perseguem o adiamento da votação tinha uma única razão de ser: jogar na dificuldade que enfrentaria o governo para manter seus relapsos correligionários acantonados em Brasília. Não é fácil conseguir isso. Eles insistem em permanecer em seus Estados, ocupados com seus negócios e entretidos em cultivar suas bases municipais de apoio.

Só costumam bater ponto na Constituinte em ocasiões de intensa mobilização. Custam muito caro ao governo — verbas a fundo perdido para seus municípios, concessões de emissoras de rádio e de televisão para eles mesmos ou para seus testas-de-ferro, audiências especiais com o presidente e outros mimos insuspeitados. São facilmente identificados quando aterrisam na Constituinte: exibem, sem constrangimento, sua pouca intimidade com as dependências do Congresso, infetnizam a vida dos funcionários que marcam passagens, e estão sempre muito apressados.

O governo suspirará aliviado quando deixar de precisar



deles. Covas e seus vice-líderes pretendiam prolongar essa relação de servidão. Na semana passada, quando Sarney tentou que seu mandato fosse definido, atirou nos cinco anos que tanto quer para acertar na anistia que os militares não querem ampla. Como viajará neste domingo para falar em Nova Iorque na abertura da sessão da ONU, o presidente gostaria de fazê-lo com o mandato e a anistia acertados. Votado, apenas, o mandato, o exame de emendas que alargam os limites da anistia poderá surpreendê-lo fora do país, e Ulysses, que o substituirá, fora da Constituinte.

"Sem Ulysses, nada se vota aqui dentro, muito menos um tema tão explosivo como esse, da anistia", constata o deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA). Sem um Ulysses generoso, sensível à vontade de Sarney e às pressões dos principais líderes do *Centrao*, o mandato presidencial não seria votado tão cedo e a dissidência do PMDB não sairia do partido, como sairá. O regimento interno da Constituinte é um conjunto de normas que serve para qualquer coisa e que, nas mãos de Ulysses, têm servido, no mais das vezes, para beneficiar os interesses do governo.

Silencioso aliado de Sarney na luta pelo mandato de cinco anos, Ulysses trocou as *diretas*, já que ahimaram em 1984 a campanha pela revogação do regime autoritário, pelo *mandato*, já que hoje, salvo acidentes de percurso, deverá ser um assunto, formalmente, liquidado. "O governo Sarney, de fato, terá início com a definição do seu mandato", decretou ontem à noite o governador Fernando César Mesquita, de Fernando Noronha. A observação não é original. O governo de Sarney está sempre começando e recomeçando. Foi sempre assim — e assim se dirá que é mais uma vez.

Na verdade, a votação do mandato marcará o início da campanha para a eleição do próximo presidente da República. Uma administração que sobreviveu mais de três anos sem projeto algum, mais emperrada do que ágil e, ultimamente, angustiada com o tempo que lhe restará de existência, não terá muito o que fazer em pouco mais de um ano e meio, ainda mais com duas eleições — a municipal e a presidencial — pela frente.

Em agosto, talvez — O deputado Ulysses Guimarães avisou, anteontem, ao deputado Luiz Eduardo Magalhães que pretende promulgar a nova Constituição até 9 de julho próximo. Ulysses estava brincando, naturalmente. A votação do projeto de Constituição em primeiro turno arrasta-se desde o dia 27 de janeiro. Só deverá terminar dentro de mais 10 a 15 dias. O senador Marco Maciel, que acertou todas as previsões sobre o término das diversas etapas da Constituinte, só espera ver a nova Constituição promulgada no início de agosto. Nunca antes.